



GRANDES OPÇÕES – 2013

ENQUADRAMENTO

À semelhança de 2012, a preparação das Grandes Opções para 2013 - plano de atividades, plano plurianual de investimentos e respetivo orçamento - representaram um enorme desafio face à agravada conjuntura económica e à instabilidade gerada pelas anunciadas mudanças estruturais, como por exemplo a Reforma da Administração Local iniciada com a apresentação do Documento Verde.

As medidas de austeridade resultantes do memorando de entendimento com a *Troika* e as medidas apresentadas pelo Governo de coligação PPD/PSD e CDS no Orçamento de Estado condicionaram em 2012 a vida dos cidadãos, das empresas e das instituições.

Em 2013, este cenário mantém-se. Aliás, agrava-se. Porque se agrava a incerteza e a expectativa face aos instrumentos e ferramentas disponibilizadas para a gestão municipal. Alguma legislação foi já produzida, nomeadamente, no que respeita à Reforma da Administração Local, mas as incertezas e as mudanças geradas colocam elas próprias desafios adicionais.

Acrescenta-se a este cenário o facto de continuar encerrado o acesso ao QREN para apresentação de novas candidaturas, instrumento de vital importância para o estímulo à economia local e de importância acrescida pelo facto de nos encontrarmos a encerrar um ciclo de investimento (2007-2013) e a planear o próximo (2014-2020).

Vivemos num contexto de incerteza, instabilidade e dificuldade em projetar o futuro. Não porque não saibamos qual o caminho que queremos e devemos seguir. Mas antes porque as variáveis externas que influenciam decisivamente todo o planeamento estratégico que temos vindo a efetuar, são isso mesmo, externas e de difícil previsão, fruto das enormes mudanças estruturais que vivemos.

Mas, com o mesmo sentido de responsabilidade, rigor e exigência que sempre temos assumido, partimos para o exercício de 2013 com uma clara aposta na proteção da economia local, das empresas e das famílias, nomeadamente as mais afetadas pela crise, assumindo assim o claro desígnio de continuar a desenvolver políticas centradas nas pessoas e na qualidade de vida da nossa comunidade.



A Educação continuará a ser encarada como uma prioridade para nós, porque estamos certos que ela é a principal arma que temos para lutar contra a fatalidade. As condições que conseguimos criar com o investimento que foi feito no parque escolar permitiram-nos criar as melhores condições para apostar numa educação de excelência, porque sabemos que quando investimos na qualificação e na formação da nossa comunidade estamos a construir um futuro com maior igualdade de oportunidades e de desenvolvimento para todos.

É também por essa razão que continuaremos a investir no desenvolvimento de políticas de inclusão social, construídas em conjunto com os parceiros da nossa comunidade, num claro e sempre reforçado esforço de valorização de uma relação de proximidade. Porque sabemos que sem coesão social não há desenvolvimento.

Estamos comprometidos com a melhoria efetiva da qualidade de vida das populações.

Continuaremos a assumir a Regeneração Urbana como área estratégica para a dinamização da economia local e para a revitalização da cidade, através da requalificação das edificações e do espaço público.

Este é o nosso compromisso para 2013.

Com as necessárias atualizações à agenda política sufragada em 2009, decorrentes da sua adequação à realidade e conjuntura atuais, importa dizer que as Grandes Opções para 2013 também se sustentam, de forma positiva, na situação económica e financeira equilibrada da Câmara:

- Somos, a nível nacional, um Município de referência em matéria de prazos de pagamento a fornecedores. O nosso prazo médio de pagamento é de 73 dias.
- Cumprimos os limites de endividamento nos termos da Lei das Finanças Locais. A capacidade de endividamento, quer a nível do endividamento bancário, de curto prazo e de médio e longo prazo, quer a nível do endividamento líquido, permitiu-nos ser um dos poucos municípios que tiveram acesso ao rateio em 2011. Amortizámos nestes três anos de mandato mais de 4,5 milhões de euros na dívida de médio/longo prazo. Reduzimos nos três primeiros trimestres de 2012, cerca de 3 milhões de euros, no endividamento líquido.



- Apresentamos um rácio de colaboradores por cada mil habitantes inferior a 11. Diminuímos o número de colaboradores em 9,4% nos quatro últimos anos.

Contudo, e apesar deste equilíbrio financeiro, as Grandes Opções para 2013 são também fortemente condicionadas pela diminuição de receitas, quer por via da diminuição das transferências do OE, quer por via da diminuição das receitas próprias, impostos municipais e venda de bens e serviços:

- Considerámos para este exercício o corte de 0,05% nas transferências do Orçamento de Estado. Considerámos uma quebra de 15% nas receitas próprias;
- Considerámos uma redução nas despesas - correntes e de capital - de 13,4%;
- Não considerámos as possíveis alterações à Lei das Finanças Locais e o aumento das comparticipações do QREN, por não haver dados concretos;
- Cumprimos a imposição da LOE 2012 de redução em 2% do número de colaboradores, em resultado do número de aposentações que se verificaram desde o início do ano;
- Não aplicámos a redução de 15% ao número de dirigentes uma vez que não existe ainda definição clara e objetiva quanto à aplicação desta norma.

O Plano de Atividades, o Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2013 foi desenhado a partir de todas estas condicionantes, num esforço de detalhe e de rigor, tomando sempre como pedra basilar aquele que consideramos ser o nosso desígnio primeiro: aumentar a qualidade de vida dos nossos cidadãos.

- **Educação** – a aposta contínua na criação e reforço de condições promotoras de uma educação de excelência serão sempre um pilar estruturante da nossa intervenção. Continuaremos a apostar na requalificação física de espaços escolares - sendo disso exemplo a **requalificação do Jardim de Infância da Chainça** - mas também no seu equipamento para que não só as condições físicas mas também as pedagógicas sejam promotoras de igualdade de oportunidades de aprendizagem. Falamos de **equipamento escolar**, de **quadros interativos**, mas também do **reforço de fundos bibliográficos** e da **implementação da Biblioteca Itinerante**. Falamos também da melhoria do **acesso aos Centros Escolares do Rossio e de Rio de Moinhos**. Falamos da escolaridade básica, mas também da aposta num ensino superior que marque pela oferta de condições de excelência - como serão os **laboratórios da ESTA/LINE** - e pela sua ligação à comunidade empresarial local, sendo disso exemplos a **formação especializada em contexto laboral**,



através do protocolo estabelecido com um conjunto de empresas locais, e a criação da **residência de estudantes** no Centro Histórico.

- **Ação social** - o apoio aos munícipes em situação de particular vulnerabilidade social continuará a ser um eixo estruturante de toda a nossa intervenção, que queremos articulada como todos os parceiros sociais. Conscientes das graves dificuldades hoje vividas, queremos apostar na **habitação a custos controlados**, nomeadamente através da intervenção no “Lote 38” no Rossio ao Sul do Tejo. Porque as comunidades inclusivas se constroem em conjunto e porque é preciso dar a conhecer a toda a comunidade o esforço, empenho e os projetos gerados por essa parceria diária, queremos promover a semana da **Inclusão Social** como forma de dar visibilidade e reforçar esse trabalho.
- **Saúde** - Também ao nível da Saúde projetamos a construção do **Centro de Saúde de Abrantes**, da **Extensão de Saúde do Rossio** e da **Extensão de Saúde do Carvalhal** procurando dessa forma investir na oferta de cuidados primários de saúde de qualidade aos nossos cidadãos.
- **Protocolos com as Juntas de Freguesia** – a articulação de sinergias com as Juntas de Freguesia, a relação de proximidade e o apoio ao desenvolvimento de projetos e atividades continuarão a ser um vetor estruturante da nossa intervenção pelo que vamos manter os protocolos específicos para a manutenção da rede viária, limpeza pública e espaços verdes, apoio às escolas;
- **Apoios às Associações Juvenis, desportivas, culturais e sociais** – a consolidação do Programa FINABRANTES espelha o reconhecimento da importância que atribuímos ao tecido associativo na promoção e no acesso à cultura;
- **Serviços Urbanos, manutenção e transportes** – concluiremos o plano de investimentos previsto no contrato de concessão da rede de águas residuais do concelho e iniciaremos o novo plano de investimentos aprovado aquando da revisão desse contrato;
- **Proteção Civil** - Em conjunto com outros municípios do Médio Tejo pretendemos criar as condições necessárias para a constituição de um Agrupamento de Bombeiros promovendo dessa forma a articulação e partilha de recursos e, por essa via, a eficácia e eficiência da intervenção nesta área;



- **Modernização Administrativa** – a aposta numa relação cada vez mais próxima com os nossos Municípios, com as empresas e as instituições, traduzir-se-á na implementação do Balcão Multisserviços, do Balcão do Empreendedor e do Licenciamento Zero;
- **Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico** - o estímulo ao empreendedorismo e apoio às empresas, numa altura de particular dificuldade assumem uma importância fulcral para a criação de condições e ferramentas que conduzam à fixação de quadros e ao desenvolvimento do tecido empresarial. O Programa de Incentivo à Inovação Empresarial constitui disso um exemplo, bem como a obra de requalificação do espaço exterior do Tecnopolo e a construção de um acelerador de empresas, cuja candidatura foi recentemente aprovada;
- **Urbanismo** - a conclusão dos instrumentos de gestão e organização do território - PDM, PU e PP - bem como a operacionalização da Regeneração Urbana serão objetivos nesta área.
- **Promoção e marketing territorial** - a certeza do potencial de Abrantes sustenta a aposta na sua promoção em certames especializados, como por exemplo a BTL. Mas queremos ir mais longe, e por isso continuaremos a apostar nas relações com outros países e no desenvolvimento de missões de diplomacia económica que apoiem os produtores locais e as empresas. Como exemplos, preparamos três momentos de grande visibilidade externa. Um de promoção da gastronomia local, outro aquando da celebração do vigésimo aniversário da gemação com Parthenay para promoção da cultura e desenvolvimento de relações económicas com as cidades geminadas. O terceiro momento realizar-se-á em Junho aquando da Convenção Rotária Mundial que se realiza em Lisboa e onde temos o privilégio de ter o exclusivo de promoção do Azeite.

O Plano Plurianual de Investimento incorpora os investimentos em curso e abre oportunidade para outros investimentos considerados cruciais para o desenvolvimento sustentado do Município. Orienta-se em torno de projetos que se complementam e reforçam, contribuindo para uma estratégia integrada:

Conclusão de obras em curso:

- Centro de Acolhimento do Tejo – Aquapolis Margem Sul
- Mercado Municipal de Abrantes
- Hortas Comunitárias



Projetos financiados com obras lançadas:

- Mercado do Tramagal - em parceria com a Junta de Freguesia do Tramagal
- Instalação da Associação Agricultores na EB1 Arrifana – parceria com a Associação
- Estação de Canoagem de Alvega
- Hipódromo dos Mourões
- Aldeia do Mato/Praia Fluvial – parceria com a Junta de Freguesia
- Grande Rota do Zêzere
- Rota do Tejo
- Restauro dos frescos da Igreja de Sta. Maria do Castelo
- Núcleo Museológico Duarte Ferreira - parceria com a Junta de Freguesia do Tramagal

Projetos em conclusão e preparação de empreitadas:

- Requalificação da Praça Central do Pego
- Jardim da República
- Praça Central de S. Miguel do Rio Torto
- Residência Artística
- Galeria Municipal
- Eficiência Energética
- Sinalização Horizontal, Vertical e Rails de proteção
- Pontão sobre a ribeira de Rio de Moinhos em Aldeinha
- Pontão sobre a ribeira de Casais de Revelhos
- Asfaltamento de arruamentos – Tramagal
- Asfaltamento de arruamento de acesso ao Centro Escolar de Rio de Moinhos
- Intervenção na Estrada Nacional 118 – Alvega
- Asfaltamento da Estrada Municipal de S. Miguel/Tramagal
- Asfaltamento da Estrada Municipal Bemposta/Vale das Mós
- Asfaltamento do Monte da Alagoa
- Asfaltamento da Estrada Municipal S. Facundo/Vale das Mós
- Asfaltamento em vários pontos da Cidade
- Construção de passeios na Estrada Nacional 358 Martinchel
- Asfaltamentos em diversos pontos do concelho



Projetos em desenvolvimento:

- Centro Escolar da Encosta Sul
- Centro Escolar de Alvega
- Requalificação do Jardim do Castelo
- Museu Ibérico de Arqueologia e Arte
- Avenida Farinha Pereira
- Parque do Vale da Fontinha em Abrantes – Estacionamento, Mercado e Feiras
- Praia Fluvial de Fontes
- ESTA
- Núcleo Associativo das Mouriscas na antiga Escola das Mouriscas – parceria com a ADIMO
- Reflorestação e Gestão Florestal
- Loja de Produtos Regionais – Lisboa – parceria com associações de desenvolvimento local
- UTIA – ocupação do espaço disponível no edifício dos SMA
- Instalação do Grupo de Teatro Palha de Abrantes – Cruz Vermelha
- Projeto de Educação para a Ciência – Centro de Acolhimento do Tejo

A preparação do próximo ciclo de investimento, assente na “Estratégia Europa 2020”, será também um dos objetivos estratégicos para 2013, de forma a sermos capazes de através desse planeamento rigorosos apresentar um conjunto articulado de candidaturas que promovam o crescimento sustentado e a competitividade da nossa economia local e regional.

O difícil esforço de planeamento da nossa atuação em 2013, resultante das duras circunstâncias em que nos encontramos do ponto de vista económico, mas também, das muitas incertezas resultantes das mudanças impostas à gestão autárquica poderiam imprimir facilmente um espírito derrotista e de desencanto. Mas esse é um caminho que recusamos.

Acreditamos na nossa comunidade.

No seu potencial, na sua criatividade, na sua coragem.

Conscientes das muitas dificuldades que temos pela frente, queremos continuar ao lado dos Abrantinos, num esforço conjunto de esperança, de trabalho, de missão e de teimosia!



Teimosia em acreditar que as dificuldades não nos encontrarão derrotados mas antes preparados para lutar e empreender.

Este é o nosso compromisso.

*Livre não sou, que nem a própria vida
Mo consente.
Mas a minha aguerrida
Teimosia
É quebrar dia a dia
Um grilhão da corrente.*

Miguel Torga



ANÁLISE FINANCEIRA

A elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013, foi fortemente condicionada pelas medidas governamentais de combate ao défice e traduzem a antevisão de um ano que será, certamente, marcado pelo agravamento da conjuntura económica e social do país. Não deixam, apesar de tudo, de traduzir um conjunto de iniciativas, assentes numa estratégia de desenvolvimento sustentável do concelho e de melhoria da qualidade de vida, que potenciem a criação de novas oportunidades para os agentes económicos e para as pessoas.

O planeamento e respectiva programação de projectos e actividades, traduzidos nas Grandes Opções e Orçamento, para além do objectivo de cumprimento de um preceito legal, visou estabelecer objectivos e propósitos tendo em conta os meios disponíveis e mobilizáveis, apesar de um conjunto de indefinições relativas à aplicação de medidas já anunciadas e enunciadas na proposta de Lei do orçamento de Estado para 2013.

Referimo-nos, por exemplo, á redução dos pagamentos em atraso, aos limites de endividamento municipal, à regularização extraordinária dos pagamentos a fornecedores.

Por outro lado, trata-se do primeiro exercício sujeito desde o seu início às regras da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e respectivo decreto regulamentar, pelo que, para além do cumprimento dos princípios inerentes à realização da despesa nos termos da lei em vigor, a utilização das dotações orçamentais terá de ser, de uma forma imperativa, enquadrada numa lógica de “Fundos Disponíveis”, pelo que o evoluir da arrecadação da receita marcará inequivocamente a execução da despesa.

O processo de planeamento decorreu, à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, de forma participada, por todas todas as unidades orgânicas do Município, sob coordenação da Divisão Financeira e orientação do Executivo. Da consolidação por classificação económica de todos os orçamentos sectoriais e do PPI, definiu-se o orçamento Municipal para 2013.



1. MAPA RESUMO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL PARA 2013

O orçamento municipal para 2013 ascende a 35.852.170,00€, verificando-se uma redução de cerca de 5,566.181,00€, face a 2012.

Como se poderá verificar da análise à estrutura orçamental reflectida no quadro seguinte, encontra-se assegurado o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental estabelecido pelo POCAL, segundo o qual as receitas correntes têm de ser iguais ou superiores às despesas correntes.

Previsão Orçamental para 2013

RECEITA	35.852.170,00 €	%	DESPESA	35.852.170,00 €	%
Corrente	21.037.875,00 €	59%	Corrente	20.830.593,00 €	58%
Capital	14.814.295,00 €	41%	Capital	15.021.577,00 €	42%

De fato, as receitas correntes serão previsivelmente superiores às despesas correntes, permitindo cobrir o *deficit* de capital, de 207.282,00€.

2. RECEITA PREVISIONAL

Mantiveram-se inalterados os fundamentos que sustentaram a previsão da receita em anos anteriores.

2.1 – Estrutura das Receitas

A **Receita Total** do orçamento 2013, ascende a 35.852.170,00€, sendo que 21.037.875,00€ correspondem a receitas correntes e 14.814.295,00€ correspondem a receitas de capital.





Cerca de 59% da receita orçada corresponde a **Receita Corrente**, sendo de destacar neste âmbito o predomínio das rubricas das Transferências Correntes, Impostos Directos e Rendimentos de Propriedade.



Cerca de 84% das transferências correntes são provenientes da Administração Central, a título de repartição dos recursos públicos (FEF+FSM+IRS).

Neste capítulo, justifica-se, igualmente, referência às transferências da DREL no âmbito dos protocolos na área da educação pré-escolar, refeições escolares, transportes escolares, actividades de apoio à família, auxiliares de acção educativa, actividades extra-curriculares e generalização do ensino do inglês, que representam 11% das transferências correntes.

Os restantes cerca de 41% da receita orçada correspondem à **Receita de Capital**, destacando-se neste grupo as Transferências de Capital (FEF Capital, FEDER e OE-PIDDAC), que representam 32% da receita total e 78% da receita de capital.

De referir que, o orçamento para 2013 incorpora a alteração na repartição do FEF corrente/capital, prevista no artº 57º da LOE 2012. O FEF corrente aumentou 5% em contrapartida do FEF capital, passando a repartição a fazer-se, 70% para FEF corrente e 30% para FEF Capital, conforme deliberação de CM de 4 de junho de 2012.

Perfil da Receita –2013

Capítulos	Previsão	%	Tx. Cresc.
Receitas Correntes	21.037.875,00 €	59%	-1,6%
Impostos Directos	5.824.733,00 €	16%	8%
Impostos Indirectos	289.200,00 €	0,9%	-9%
Taxas Multas e Outras Penalidades	213.418,00 €	0,6%	-44%
Rendimentos de Propriedade	2.797.000,00 €	7,8%	-43%
Transferências Correntes	9.808.154,00 €	27%	14%
Venda de Bens e Serviços Correntes	953.370,00 €	2,7%	5,1%
Outras Receitas Correntes	1.152.000,00 €	3%	28%
Receitas de Capital	14.814.295,00 €	41%	-26%
Venda de Bens de Investimento	2.160.000,00 €	15%	-26%



Transferências de Capital	11.547.295,00 €	78%	-25%
Activos Financeiros	1.500,00 €	0,01%	0,0%
Passivos Financeiros	1.000.500,00 €	6,8%	-33%
Outras Receitas de Capital	100.000,00 €	0,7%	-57%
Reposições não abatidas pagam.	5.000,00 €	0,01%	0%
Receita Total	35.852.170,00 €	100%	-13,4%

3. DESPESA PREVISIONAL

3.1 Critérios adoptados na projecção da despesa

Também, no que à previsão da despesa diz respeito, foram tidas em conta todas as normas e especificidades técnicas indicadas no POCAL.

No orçamento das autarquias locais deverão ser inscritas, em primeiro lugar, as despesas obrigatórias, designadamente:



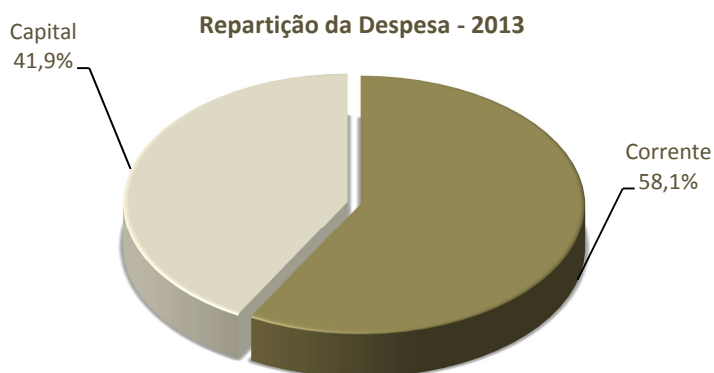


Assim, a previsão da componente orçamental despesa iniciou-se pela aferição das obrigações legais e dos compromissos e obrigações assumidas durante 2012 e que irão transitar para a gerência 2013, sob a forma de contratos de aquisições de bens e serviços e de empreitada de obras em execução, contratos de adesão, etc., bem como, pelo apuramento das despesas obrigatórias e permanentes, designadamente, com o pessoal, com o funcionamento (comunicações, energia, água, combustíveis, etc.) e com a satisfação do serviço da dívida (amortizações e juros).

No que às despesas de funcionamento diz respeito, a estimativa assentou, sobretudo, nos valores que se têm vindo a verificar nos últimos anos e numa avaliação da sua pertinência num acentuado quadro de crise económica estrutural, de apelo à redução de despesa e de uma gestão que se pretende sucessivamente mais eficiente, eficaz e económica.

3.2 – Estrutura das Despesas

Cumprindo o princípio do equilíbrio orçamental, a **Despesa Total** orçada para 2013 ascende a 35.852.170,00€. O grupo das despesas correntes apresenta o montante acumulado de 20.830.593,00€. Por sua vez, as despesas de capital, ascendem a 15.021.577,00€.



Passamos de seguida à análise da tradicional classificação económica da despesa estimada para 2013, representada no quadro que se segue.

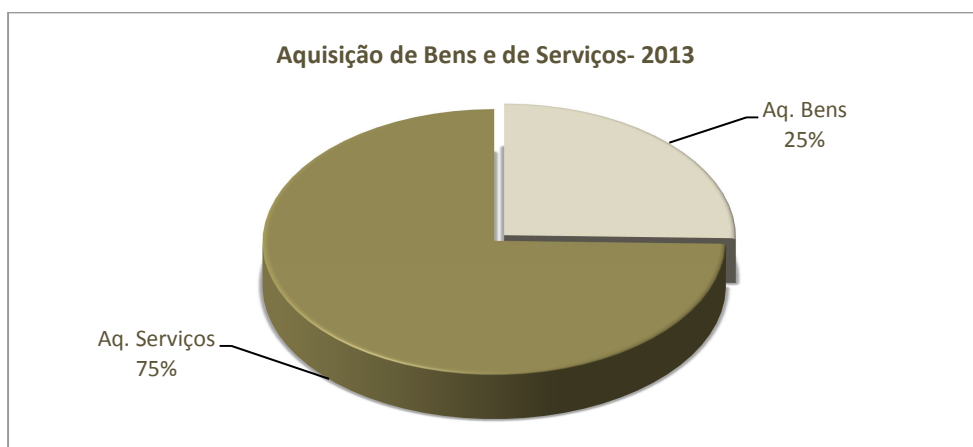


Perfil da Despesa – Orçamento 2013

Capítulos	Previsão	%	Tx. Cresc.
Despesas Correntes	20.830.593,00 €	58%	-0,1%
Despesas com Pessoal	7.659.150,00 €	21%	-5%
Aquisição de Bens e Serviços	8.874.226,00 €	25%	-4,3%
Juros e Outros Encargos	316.000,00 €	0,9%	-38%
Transferências Correntes	3.600.122,00 €	10%	30%
Subsídios	30,00 €	0,0%	0,0%
Outras Despesas Correntes	381.065,00 €	1,1%	74%
Despesas de Capital	15.021.577,00 €	42%	-27%
Aquisição de Bens de Capital	12.368.657,00 €	35%	-29%
Transferências de Capital	682.020,00 €	2%	19%
Activos Financeiros	150.300,00 €	0,4%	-67%
Passivos Financeiros	1.600.600,00 €	5%	-8,6%
Outras Despesas de Capital	220.000,00 €	0,6%	-55%
Despesa Total	41.418.351,00 €	100%	-13,4%

Destacam-se, no âmbito das **despesas correntes**, o predomínio das despesas com aquisição de bens e serviços e com o pessoal, que representam, respetivamente, 43% e 37% do perfil deste grupo de despesas (25% e 21% das despesas totais, respetivamente).

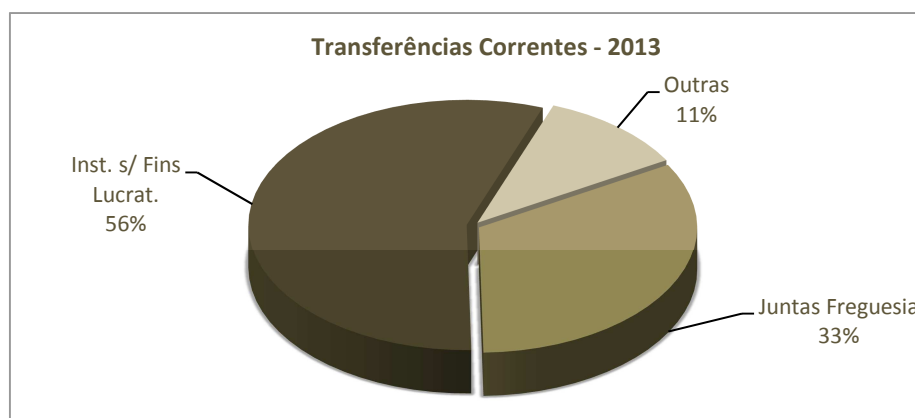
Ao nível do grupo “aquisição de bens e serviços”, pela leitura do gráfico que se segue verifica-se que as aquisições de serviços representam a maioria das despesas estimadas neste âmbito (75%).





Ainda, no universo das despesas correntes, as transferências correntes, com uma dotação de 3.600.122,00€, representam 17% do seu total (10% da despesa total estimada), sendo que 56% dessas transferências são destinadas a Instituições sem Fins Lucrativos (Associações Desportivas, Culturais e Recreativas e IPSS's. Cerca de 33% desse montante destina-se às Juntas de Freguesia do Concelho e os restantes 11% a "Outras Entidades", nomeadamente, "Famílias" (bolsas CEI e CEI+, inerentes a contratos de emprego e inserção celebrados com o IEFP).

Enquadram-se nesta rubrica, todas as transferências a efetuar em cumprimento dos protocolos celebrados na área da educação (transportes escolares, actividades de apoio à família, AEC's, refeições escolares, etc.), com o apoio ao associativismo (Finabrantés), com as empresas de inserção (Palha de Abrantes e Centro Social do Pessoal do Município), bem como, com as Juntas de Freguesia (rede viária, limpeza urbana, manutenção de espaços verdes, manutenção e funcionamento das escolas, transportes escolares, etc.).



No contexto das **Despesas de Capital**, destaca-se, como é habitual, a "Aquisição de Bens de Capital", sendo que, 99% desse montante consubstancia o Plano Plurianual de Investimentos 2013-2016 (PPI). No total, a Aquisição de Bens de Capital representa cerca 81% das despesas de capital e 35% das despesas totais.

As rubricas Passivos Financeiros, Transferências de Capital, Ativos Financeiros e Outras Despesas de Capital, absorvem claramente menos recursos, representando respectivamente, 11%, 5%, 1% e 1% das despesas de capital e 4,5%, 2% e 0,4% e 0,6% das despesas totais.

Passamos de seguida, a analisar a repartição da **despesa por um critério de agregação** que nos permite ter uma noção mais aproximada do peso dos encargos de funcionamento no total das despesas e do investimento directo e indirecto (transferências de capital).



Repartição das Despesas			
Agregação	Capítulos	Dotação	Peso
Funcionamento	Despesas com Pessoal	7.659.150,00 €	47%
	Aquisição de Bens e Serviços	8.874.226,00 €	
	Outras Despesas Correntes	381.065,00 €	
Sub-Total		16.914.441,00 €	
Investimento	Aquisição de Bens de Capital	12.368.657,00 €	36%
	Transferências de Capital	682.020,00 €	
Sub-Total		13.050.677,00 €	
Serviço da Dívida	Juros e Outros Encargos	316.000,00 €	5%
	Passivos Financeiros	1.600.600,00 €	
Sub-Total		1.916.600,00 €	
Outras Despesas	Transferências Correntes	3.600.122,00 €	11%
	Subsídios	30,00 €	
	Activos Financeiros	150.300,00 €	
	Outras Despesas de Capital	220.000,00 €	
Sub-Total		3.970.452,00 €	
Despesa Total		35.852.170,00 €	100%

Nas despesas de funcionamento da autarquia predominam, logicamente, as despesas com o pessoal e a aquisição de bens e serviços correntes, onde se incluem, os consumos de energia e água, comunicações, combustíveis, limpeza, higiene e segurança dos edifícios municipais, serviços de saúde, formação, seguros, assistências técnicas e, também, as prestações de serviços no âmbito das transferências assumidas no âmbito da Educação (1º ciclo do Ensino Básico), nomeadamente, actividades de enriquecimento curricular (este ano, apenas o Inglês, uma vez que para as restantes foram celebrados acordos de colaborações com entidades de reconhecida experiência nas áreas a ministrar), transportes e refeições escolares.

3.3 - Grandes Opções do Plano 2013

Repartição da Despesa - Opções do Plano - 2013			
	Montante	Peso %	Tx. Cresc.
PAM	8.947.363,00 €	25%	-1%
Extra-Plano	14.536.150,00 €	41%	-3%
PPI	12.368.657,00 €	34%	-29%
TOTAL	35.852.170,00 €	100%	-13%

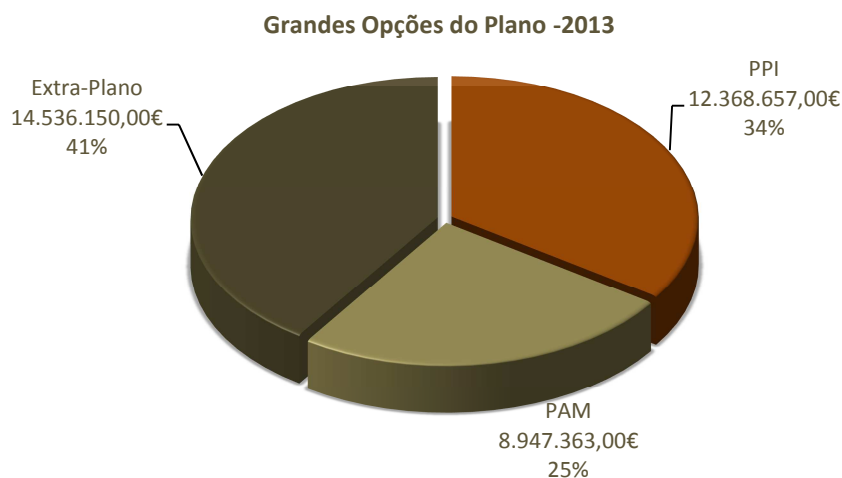


Cerca de 25% das dotações da despesa correspondem aos **Planos de Actividades** apresentados pelas unidades orgânicas da autarquia, aos quais foi afecto o montante de 8.947.363,00€.

O **Extra-Plano**, onde se incluem as despesas com pessoal e outras despesas gerais de funcionamento e não afectas directamente a um serviço específico, bem como, as despesas inerentes ao serviço da dívida e outras despesas de capital não incluídas em PPI, representa cerca de 41% do total das despesas para 2013 (14.536.150,00€).

O **Plano Plurianual de Investimentos (PPI)**, foi orçado com 12.368.657,00€, o que corresponde a 34% das despesas previstas realizar no próximo ano.

No total, o orçamento foi reduzido cerca de 13%, verificando-se a maior redução ao nível do Plano Plurianual de Investimentos, pelas razões já atrás enunciadas, nomeadamente, conjuntura económico-social e redução substancial das receitas, sobretudo, apoios no âmbito do QREN.



Ao nível do **Plano de Actividades (PAM)**, a Educação continua a canalizar o maior volume de dotação de despesa a realizar, isto é, 3.212.990,00€, montante que representa 36% da despesa sectorizada para o próximo ano. Seguem-se, a Manutenção e Transportes e os Serviços Urbanos, com respectivamente, 13% e 11% da despesa prevista. Ao Desporto e Juventude foi afectada cerca de 10% da despesa do PAM e à Cultura e Turismo foram afectos, cerca de 9%, seguindo-se o GAP e a Modernização Administrativa, com 8% e 5% da despesa sectorizada, respectivamente.



Quanto às restantes áreas (bombeiros, financeira, recursos humanos, jurídica, bibliotecas e arquivo, projectos e empreitadas e ordenamento e gestão urbanística), absorvem claramente menos recursos, verificando-se que nenhuma delas ultrapassa 3% da despesa do PAM, conforme pode ser verificado no quadro que se segue.

PAM - Despesa Sectorizada

Divisão/Serviço	Dotações Iniciais	Peso %	Var. 2012/2013
GAP	691.920,00 €	8%	19%
PROTECÇÃO CIVIL E BOMBEIROS	240.133,00 €	3%	6%
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	423.860,00 €	5%	-12%
FINANCEIRA	58.800,00 €	1%	-17%
RECURSOS HUMANOS	176.850,00 €	2%	22%
JURIDICA	32.200,00 €	0%	-4%
DESPORTO	937.050,00 €	10%	9%
BIBLIOTECA	45.100,00 €	1%	7%
EDUCAÇÃO E ACÇÃO SOCIAL	3.212.990,00 €	36%	-8%
CULTURA E TURISMO	814.200,00 €	9%	-4%
MANUTENÇÃO E TRANSPORTES	1.141.050,00 €	13%	4%
PROJETOS E EMPREITADAS	13.300,00 €	0%	-25%
ORDENAMENTO E GESTÃO URBANISTICA	203.950,00 €	2%	76%
SERVIÇOS URBANOS	955.960,00 €	11%	-9%
Total Planos de Actividades	8.947.363,00 €	100%	-1%

O **Plano Plurianual de Investimento (PPI) - 2013-2016**, contempla para 2013, como já referimos, um montante de despesa que ascende a 12.368.657,00€. Verifica-se uma redução de 29%, face ao PPI de 2012 (-4.950.919,00€).

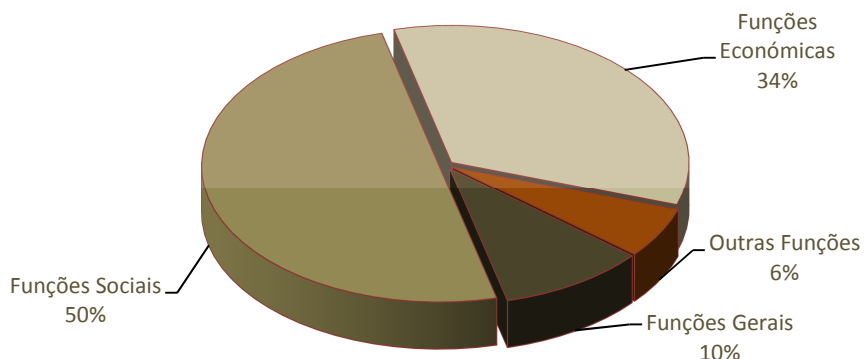
Em termos funcionais, as dotações previstas para o PPI ficarão repartidas da seguinte forma:



As **funções gerais** correspondem aos serviços de administração geral e de protecção civil/bombeiros, as **funções sociais** incluem a educação, a acção social, o ordenamento do território, a protecção do meio ambiente, a cultura, o desporto, nas **funções económicas** estão integradas a indústria e energia, os transportes e comunicações e o comércio e turismo e, finalmente, nas **outras funções** são integrados projectos que não possam encaixar-se nas funções anteriores, mas que, ainda assim, fazem parte das atribuições do Município.



Repartição do Investimento p/ Funções - 2013



As **funções económicas**, dotadas com 4.231.893,00€, ganham peso relativo face a 2012 (+13%), refletindo a intenção de concretização de projetos de requalificação da rede viária e arruamentos em diversas freguesias do concelho, sinalização horizontal das principais vias da cidade. Em contrapartida, o peso percentual das funções sociais e das funções gerais vêem-se diminuídos, respectivamente, 12% e 2%.

Apesar do decréscimo percentual referido, as funções sociais mantêm em termos absolutos a primazia em termos do investimento programado (cerca de 5.927.978,00€), destinados a projetos, como sejam, os Laboratórios da ESTA, a aquisição de mobiliário, equipamentos informáticos e de material didático para os Centros Escolares, a habitação custos controlados em Rossio ao Sul do Tejo, a conclusão do Centro de Acolhimento do Tejo, da Estação de Canoagem de Alvega, o Hipódromo dos Mourões, o Jardim da República, entre outros.

Quando analisado o investimento por classificação económica da despesa, a repartição apresenta a seguinte distribuição:

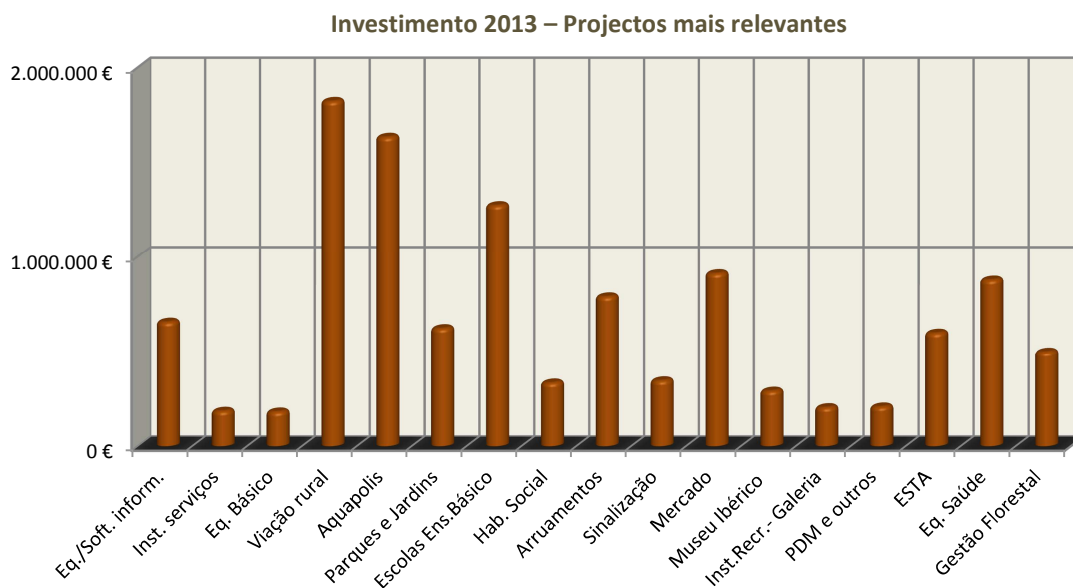


Económica	2013	%	Tx. Cresc.
Terrenos	80.500,00 €	0,7%	-60%
Habitação	335.135,00 €	2,7%	-65%
Outros Edifícios	4.356.361,00 €	35,6%	-55%
Inst.Desportivas, recreat. e escolas	2.088.370,00 €	17,0%	-70%
Equipamento Social	- €	0,0%	0%
Outros	2.267.991,00 €	18,5%	-19%
Construções Diversas	6.052.835,00 €	49,4%	48%
Viadutos, Arruam.e obras complem.	841.390,00 €	6,9%	14%
Parques e Jardins	2.932.595,00 €	23,9%	24%
Instal. Desport. e Recreativas	15.000,00 €	0,1%	-29%
Viação Rural	2.171.700,00 €	17,7%	143%
Outros	92.150,00 €	0,8%	7%
Material de Transporte	125.000,00 €	1,0%	-83%
Maquinaria e Equipamento	1.001.214,00 €	8,2%	-18%
Informática	722.500,00 €	5,9%	-2%
Outros	278.714,00 €	2,3%	-43%
Outros	302.240,00 €	2,5%	-16%
Total	12.253.285,00 €	100%	-29%

Repartido o investimento **por projectos**, verifica-se que cerca de 18% da dotação prevista no PPI se destinará, em 2013, a requalificação de arruamentos e da rede viária, seguindo-se o projecto “Aquapolis” (13%) e as Escolas do 1º CEB, para as quais foi previsto cerca de 10% do investimento. Seguem-se, o Mercado Diário Municipal (em fase final de execução) e os equipamentos de apoio à saúde (Centros de Saúde), com cerca de 7% do investimento cada.

Como já referimos, a ESTA, nomeadamente, a componente laboratórios, será igualmente uma prioridade de intervenção, para a qual foram orçadas 5% das verbas afectas ao PPI.

Tratam-se de projectos, nomeadamente, este último, que trarão valor acrescentado à economia local e que, embora seja expectável que alguns deles venham a ser financiados pelo Mais Centro no próximo ano, o executivo tudo fará para que se concretizem independentemente da atribuição dos apoios do QREN.



4. DESPESAS COM O PESSOAL

As verbas orçamentadas nas rubricas económicas inerentes às despesas com pessoal obedeceram às seguintes regras:

- a) foram considerados os postos de trabalho que constam do Mapa de Pessoal que integra os presentes documentos previsionais;
- b) a orçamentação foi realizada com base na tabela remuneratória que vigorou em 2010¹.

Foram, ainda, tidas em conta as disposições relativas a trabalhadores do sector público enunciadas na proposta de Lei do OE para 2013:

- a) manutenção da redução remuneratória das remunerações totais ilíquidas mensais de valor superior a 1.500,00€;
- b) mantém-se a suspensão do pagamento do subsídio de férias às pessoas cuja remuneração base seja igual ou superior a 1.100,00€;
- c) mantém-se a redução no subsídio de férias às pessoas cuja remuneração base mensal seja igual ou superior a 600,00€;

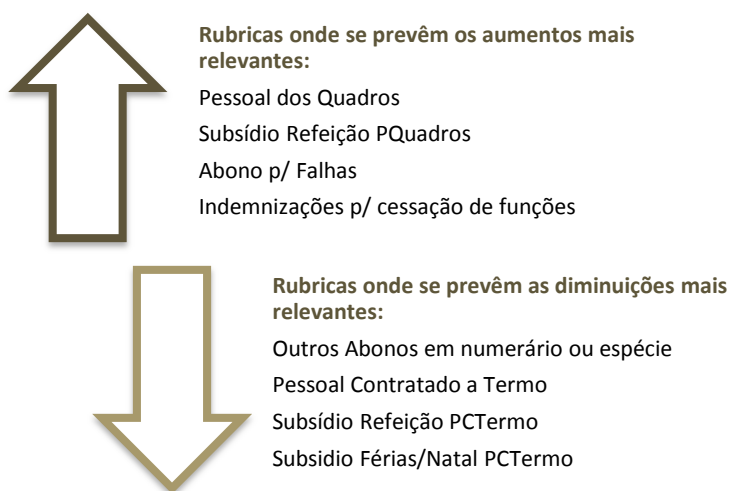
¹ Conforme Circular nº 1354 – Série A de 27 de Novembro de 2009, “Instruções para preparação do Orçamento de Estado para 2010”, da DGO. Não houve alterações em 2011.



- d) mantém-se a proibição de valorizações remuneratórias pelo que, não foram consideradas provisões para as alterações de posicionamento remuneratório por opção gestionária e para os prémios de desempenho previstos na LVCR;
- e) mantém-se o controlo à contratação de novos trabalhadores.

Como já atrás se referiu, as despesas de pessoal orçamentadas para 2013, ascendem a 7.659.150,00€. Desse montante, cerca de 90% correspondem a despesas com pessoal do Quadros e os restantes 10% a pessoal noutras situações (pessoal a termo certo, avenças e agentes).

Em termos globais, as despesas com o pessoal apresentam um decréscimo de 5% face à previsão efetuada em sede de orçamento para 2012.



Quanto ao aumento na rubrica “Pessoal dos Quadros” (2%), tal deve-se à passagem de diversos colaboradores da situação de “Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas a termo resolutivo”, para a situação de “Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado”, na sequência da conclusão de processos de concurso para o efeito.

Tal situação, justifica a redução considerada nas rubricas do “Pessoal a Termo” (-93%), atrás referidas no diagrama.

A diminuição da rubrica “outros abonos em numerário ou espécie” (-100%), reflete a alteração do classificador económico da despesa que passou a considerar que a despesa inerente à celebração de contratos de emprego inserção, outorgados na sequência de candidaturas apresentadas ao IEFP, deve ser considerada como transferência corrente – famílias (rubrica 04.08.02) e não como despesas com o pessoal.

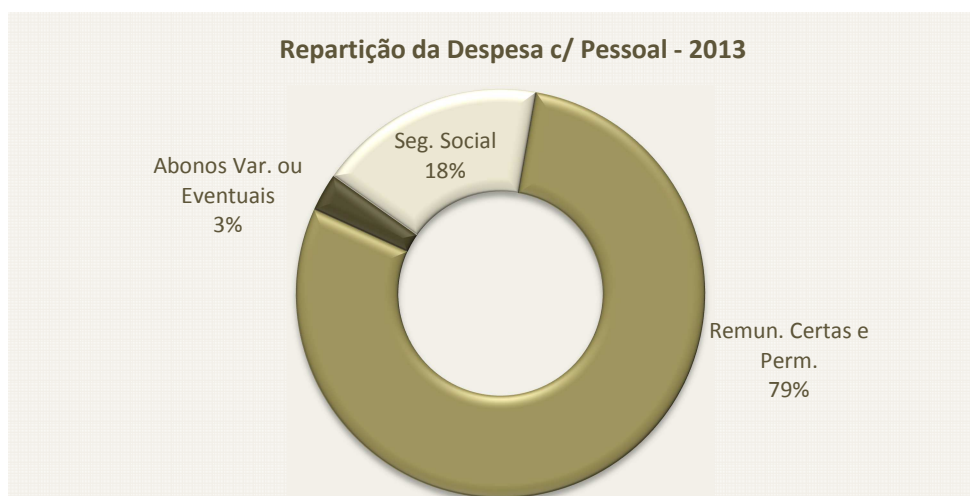


Assim, a verba a inscrever a para assegurar a despesa com os 39 contratos CEI e CEI+, grande parte dos quais visaram a integração de pessoal nas juntas de freguesia (19, como cantoneiros de limpeza) e os restantes nos Bombeiros e em diversos serviços operacionais municipais, passou para essa rubrica económica.

Desagregação da Despesa com Pessoal

Analisada a desagregação pelos três grupos da classificação económica da despesa com o pessoal verifica-se que o peso maior corresponde à sub-rubrica “Remunerações certas e permanentes” (79%), onde se incluem, para além dos vencimentos mensais, os subsídios de refeição e os subsídios de férias e de Natal, entre outros.

Seguem-se as despesas com a Segurança Social dos trabalhadores (18%) e, a alguma distância dos anteriores, os Abonos variáveis ou eventuais (3%) como sejam, as ajudas de custo e as horas extraordinárias.



No grupo de despesas com “remunerações certas e permanentes” verifica-se um decréscimo de 4% face a 2012. A mesma tendência é seguida pelo grupo de despesas com a “Segurança Social” que foi dotada com -9% do que em 2012.



Em contrapartida, o grupo “Abonos Variáveis ou Eventuais”, segue tendência inversa, sendo expectável um crescimento de 2%, tendo-se procedido ao reforço da dotação para “abonos para falhas”, “subsídios de turno” e “subsídios por trabalho noturno” e “indenizações por cessação de funções”, conforme atrás indicado.

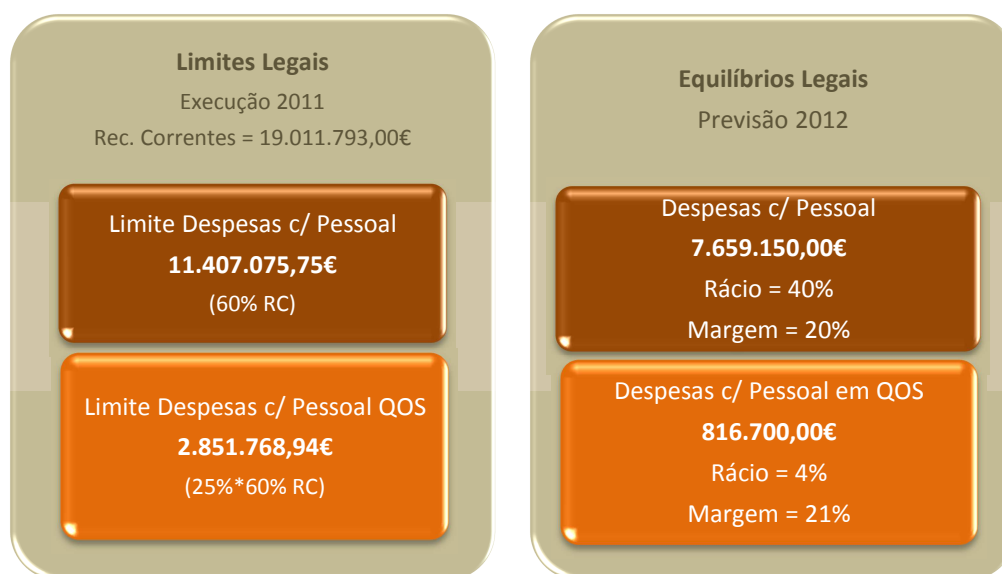
Cumprimento dos Limites Legais com Pessoal

Os valores projectados para 2013, apontam para o cumprimento dos limites estipulados por lei, designadamente, no art.º 10º do D.L. nº 116/84 de 6 de Abril, alterado pela Lei nº 44/85, de 13 de Setembro.

Nos termos da referida lei, os encargos com o pessoal estão indexados a valores executados no ano económico anterior, não podendo exceder o limite máximo de 60% do total das receitas correntes do ano anterior.

Por sua vez, o pessoal “fora do quadro”, ou seja, em qualquer outra situação não poderá exceder 25% do limite anterior.

Não estando, ainda, encerrada a Gerência 2012, para efeito de verificação do cumprimento dos limites atrás referidos, consideramos os montantes da receita corrente registada em 2011, do que resultaram os seguintes rácios:





O custo com pessoal do quadro apresenta uma margem de cerca de 20% para o limite legal, aumentando a margem para o limite legal quando analisada a situação do pessoal em qualquer outra situação.

5. POUPANÇA CORRENTE

Analisada a estrutura orçamental para 2013, verifica-se que a **Poupança Corrente** ascende a 207.282,00€, o que significa que o financiamento da despesa de investimento será previsivelmente repartido da seguinte forma:

Designação	Dotação
Investimento (directo e indirecto)*	13.200.977,00 €
Receitas de Capital	14.945.795,00 €
Venda de Bens de Investimento	2.160.000,00 €
FEF (Capital)	2.875.621,00 €
Fundos Comunitários	6.141.400,00 €
Coop. Técnica e Financeira	2.147.274,00 €
Outras Transf. Capital	383.000,00 €
Passivos Financeiros	1.000.500,00 €
Activos Financeiros	1.500,00 €
Outras Receitas de Capital	236.500,00 €
Poupança Corrente	207.282,00 €
Total das Fontes de Financiamento	15.153.077,00 €
Investimento/Fontes Financiamento	115%

*Inclui Investimento, Transf. Capital e Outras Despesas de Capital

6. SITUAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO À DATA DE ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Com base nos dados remetidos através do SIAL e do recurso a fontes de informação complementar, de acordo com o disposto nos artºs 37º e 38º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL), informou-nos a Direcção-Geral das Autarquias Locais – DGAL, dos limites de endividamento do município para o ano 2012.

O mapa seguinte reflecte a situação do município de Abrantes a 30 de Setembro de 2012 (3º Trimestre), verificando-se que a situação continua a ser de cumprimento dos limites legalmente definidos:



3º Trimestre de 2012 ²	Limites	Montantes a considerar	Margem
Endividamento de curto prazo	0,00€	0,00€	0,00 €
Endividamento de médio e longo prazo	10.014.088,57€	9.428.249,00€	585.840,00€
Endividamento líquido a considerar	-10.723.985,00 €	-13.706.617,00€	2.982.632,00€

Lembramos que, de acordo com alteração introduzida p/ artº 66º da LOE 2012, os limites ao endividamento para o ano 2012 são os montantes de endividamento registados a 31 de dezembro de 2011.

O montante a considerar a título de “endividamento de médio e longo prazo”, já inclui o valor do empréstimo BEI, que aprovados em 2011, os montantes só passaram a relevar para o endividamento de MLP em 2012. O pedido de exceção, ainda se encontra em análise por parte das entidades competentes.

No final do 3º trimestre de 2012 o capital em dívida, exceção dos limites supra referidos, ascendia a 5.710.526,00€, pelo que adicionado ao montante não exceção (9.248.249,00€), resulta um montante total de endividamento de MLP de 15.138.775,00€.

O prazo médio de pagamento a fornecedores era, no final desse período, de 73 dias.

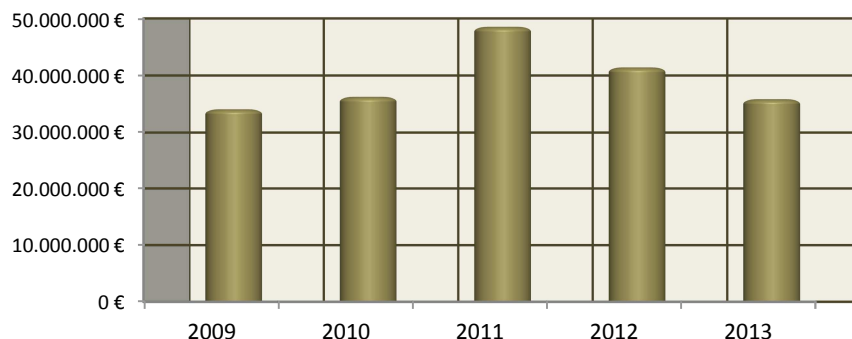
7. ANÁLISE COMPARATIVA 2012/2013

O Orçamento para 2013 apresenta um decréscimo de 13,4% (-5.566.181,00€). Recordamos que, por sua vez, o orçamento de 2012, já tinha sofrido uma redução de 14,7% (-7.121.968,00€) face ao montante orçamentado para 2011.

² Informação retirada do site www.portalautarquico.pt, SIIAL, Acesso Reservado, Ficha do Município



Evolução dos Orçamentos Municipais



PREVISÃO ORÇAMENTAL

	2012	2013	Cresc.
Receitas Correntes	21.377.499,00 €	21.037.875,00 €	-1,6%
Receitas de Capital	20.040.852,00 €	14.814.295,00 €	-26,1%
Total	41.418.351,00 €	35.852.170,00 €	-13,4%
Despesas Correntes	20.837.454,89 €	20.830.593,00 €	-0,04%
Despesas de Capital	20.580.896,11 €	15.021.577,00 €	-27,0%
Total	41.418.351,00 €	35.852.170,00 €	-13,4%

7.1 RECEITA

Ao nível da **Receita**, na componente receita corrente estima-se um decréscimo relativo de cerca de 1,6% (-339.624,00€), resultado, sobretudo, dos capítulos “Taxas, Multas e Outras Penalidades” (-44%), e dos “Rendimentos de propriedade” (-43%).

Em contrapartida, prevê um acréscimo de cerca de 8% no capítulo dos “Impostos Indirectos” (resultante de uma maior arrecadação de Derrama) e em “Outras receitas correntes”.

No que à receita de capital diz respeito, o decréscimo em relação ao orçamentado em 2012, deverá atingir cerca de 26% (-5.266.557,00€), em grande parte por via da redução do montante orçamentado para “Transferências de capital” (-25%), “Venda de bens de investimento” (-25%) e “Passivos Financeiros” (-33%). O quadro seguinte perspectiva a análise à orçamentação da repartição receita entre receita própria e alheia, verificando-se uma variação relativa ligeira mas positiva a favor da receita própria.



Receita Própria e Receita Alheia

	2012	%	2013	%	Tx. Cresc.
Receita Própria	15.911.010,00€	38%	13.494.721,00€	38%	-15%
Fiscal	6.077.790,00€	38%	6.327.351,00€	47%	2%
N.Fiscal	9.833.220,00€	62%	7.167.370,00€	53%	-27%
Receita Alheia	25.507.341,00€	62%	22.357.449,00€	62%	-20%
TOTAL	41.418.351,00€		35.852.170,00€		-13,4%

7.2 DESPESA

Por sua vez, ao nível da **Despesa**, prevê-se a estabilização da despesa corrente face a 2012 (-0,03%) e uma redução de 27% na despesa de capital. No contexto das despesas correntes, os montantes orçamentados são em todas as suas rubricas inferiores às do ano 2012, à excepção das despesas com “Transferências Correntes” que no total apresentam um crescimento de 30%.

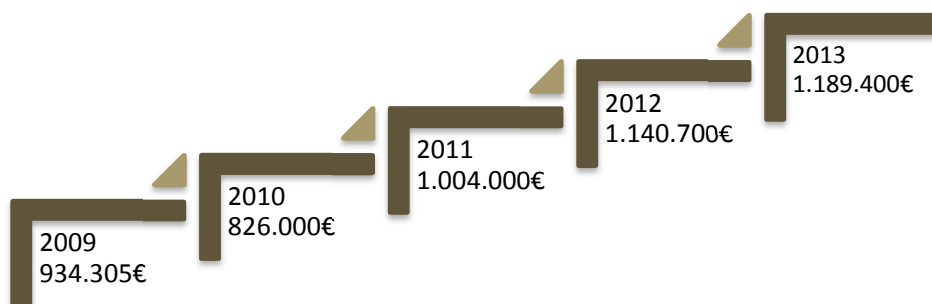
Neste âmbito, ao nível das transferências para Instituições sem fins lucrativos, a rubrica foi dotada com mais 39% do que em 2012. Esse incremento é justificado pelo reforço dos protocolos celebrados no âmbito da educação, nomeadamente, para desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular.

Para as Juntas de Freguesia foi previsto um aumento das transferências de cerca de 4,3%, em relação a 2012.

Finalmente, para as “Outras Entidades – Famílias”, o reforço percentual é de 109%, pelas razões já atrás referidas de alteração do classificador económico da despesa por parte da DGAL/Satapocal, que passou a considerar nesta rubrica as despesas com os contratos emprego-inserção CEI e CEI+.



Evolução das Transferências para as Juntas de Freguesia

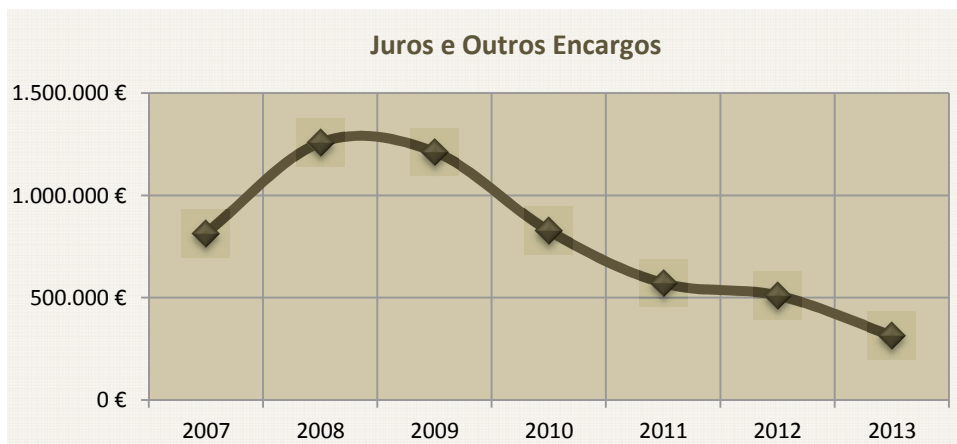


Como já havíamos referido as despesas com o pessoal, apresentam uma redução de 5% face ao ano anterior.

No que respeita à aquisição de bens e serviços, a redução esperada é de cerca de 4,5%, devido sobretudo a uma redução de 6,4% na aquisição de serviços, face ao orçamentado para 2012. Os maiores cortes foram feitos nas rubricas “Locação de Bens” (-42%), “Deslocações e Estadas” (-41%), “Estudos, Projectos, Pareceres e Consultoria” (-38%), “Outros Serviços” (-38%) e “Outros Trabalhos Especializados” (-35%).

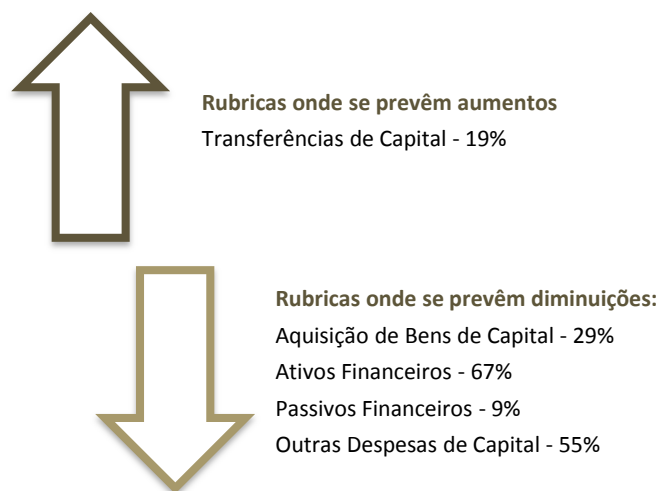
Em contrapartida, foram reforçadas as dotações com “Encargos de Cobrança” (100%, devido ao montante cobrado pelas finanças pela avaliação de prédios no âmbito do IMI), “Comunicações” (+18%) e “Transportes” (+15%).

Ainda ao nível das despesas correntes, de referir que se prevê uma redução na ordem dos -38% com juros e outros encargos, continuando a tendência que vem registando desde 2009.



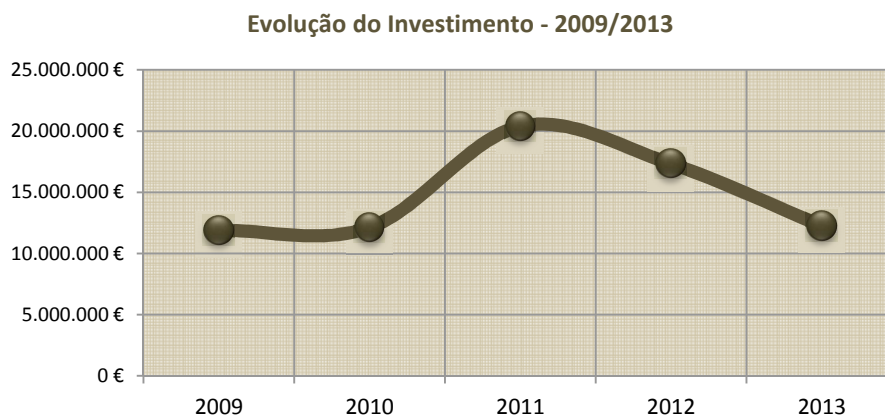


As Despesas de Capital, que como já se referiu, apresentam um decréscimo global de 27%.



Neste âmbito, apenas a rubrica “Transferências de Capital” apresenta dotação superior à inscrita para 2012, para satisfação de compromissos a assumir com protocolos de apoio ao investimento, a celebrar com entidades que apresentaram candidaturas ao PRODER, bem como, com o “Programa de apoio e estímulo à Inovação na Atividade Empresarial da Região”.

A redução ao nível da Aquisição de Bens de Capital, que inclui as rubricas económicas que consubstanciam o Plano Plurianual de Investimentos 2013-2016, reflete um menor volume de investimento programado de 4.950.919,11€ (-29%), face a 2012.





À exceção do grupo económico “Construções Diversas”, que apresenta um acréscimo de 48%, destinados, sobretudo, a intervenções de requalificação da rede viária, arruamentos, sinalização horizontal, bem como, parques e jardins, todos os restantes grupos económicos apresentam dotação inferior à do ano transato, conforme espelhado no diagrama seguinte.



7.3 A Despesa na Óptica do Plano de Atividades Municipal

No que ao **Plano de Atividades Municipal** diz respeito, como já foi referido foram orçamentados menos 615.261,89€, do que em 2012 (-3%).

Para esse montante, concorrem uma redução de -127.811,89€ nas dotações do Plano de Atividades Setoriais e uma redução de -487.450,00€, nas dotações das rubricas referentes ao Extra-Plano

Evolução das dotações do Plano de Atividades Municipal

	2012	%	2013	%	Tx. Cresc.
PA Setorial	9.075.174,89€	38%	8.947.363,00€	38%	-1%
Extra Plano	15.023.600,00€	62%	14.536.150,00€	62%	-3%
TOTAL	24.098.774,89€	100%	23.483.513,00€	100%	-3%

O quadro seguinte reflete a repartição da dotação dos Plano de Atividades Setorial por unidade orgânica, verificando-se que a dotação para a **Educação e Acção Social** (apesar de ter sofrido uma redução de 8%), à semelhança dos anos transatos, é a unidade orgânica com maior peso na despesa prevista (36%) no âmbito do PAM.



A grande distância seguem-se a **Manutenção e Transportes**, com 13% da dotação do PAM sectorial, os **Serviços Urbanos**, com 11%, o **Desporto e Juventude** com 10%, a **Cultura e Turismo** com 9% e o **GAP** com 8%. As variações em termos de dotação previstas face a 2012 são de, respectivamente, +13%, -9%, +9%, -4% e +19%.

O reforço das despesas afetas ao GAP, resulta da inscrição de dotação para a despesa a realizar no âmbito do regulamento de “Apoio e estímulo à Inovação na Atividade Empresarial da Região”, bem como, da previsão de montantes para apoios ao investimento de entidades que apresentaram candidaturas ao PRODER (Juntas de Freguesia de Tramagal e Carvalhal).

As dotações estimadas para as restantes áreas orgânicas variam entre os 0,1% e os 5%. Apresentam dotação superior à do ano transato as áreas: Recursos Humanos (+22%), Bombeiros e Proteção Civil (6%), Bibliotecas e Arquivo (+7%), DOGU (+76%).

As restantes unidades orgânicas terão dotações inferiores às de 2012, nomeadamente, DAM (-12%), Financeira (-17%), Jurídica (-4%), Projectos e Empreitadas (-25%).

Plano de Actividades por Unidade Orgânica - 2013

Serviço	Previsto 2012	Previsto 2013	Tx. Cresc.
Gabinete Apoio à Presidente	581.970,00€	691.920,00€	19%
Protecção Civil e Bombeiros	225.670,00€	240.133,00€	6%
Divisão Admin. e Modernização	481.762,50€	423.860,00€	-12%
Divisão Financeira	70.800,00€	58.800,00€	-17%
Divisão de Recursos Humanos	145.400,00€	176.850,00€	22%
Divisão Jurídica	33.650,00€	32.200,00€	-4%
Divisão Desporto e Juventude	857.046,89€	937.050,00€	9%
Divisão Bibliotecas e Arquivo	42.200,00€	45.100,00€	7%
Div. Educação, Acção Social	3.507.295,50€	3.212.990,00€	-8%
Div. Cultura e Turismo	847.860,00€	814.200,00€	-4%
Div. Manutenção e Transportes	1.099.050,00€	1.141.050,00€	4%
Div. Projectos e Empreitadas	17.750,00€	13.300,00€	-25%
Div. Ordenamento Gestão Urban.	115.650,00€	203.950,00€	76%
Divisão de Serviços Urbanos	1.049.070,00€	955.960,00€	-9%
TOTAL	9.075.174,89€	8.947.363,00€	-1%



8. Rácios Financeiros

RÁCIOS	2012	2013
Impostos Directos/Receitas Correntes	25,2%	27,7%
Transferências Correntes/Receitas Correntes	40,2%	46,6%
Transferências de Capital/Receitas de Capital	76,9%	77,9%
Receitas de Empréstimos/Receitas Totais	3,6%	2,8%
Receitas Correntes/Receitas Totais	51,6%	58,7%
Despesas Pessoal/Receitas Correntes	37,7%	37,4%
FEF+FSM+IRS/Despesas Totais	26,8%	30,9%
Despesas Corrente/Receitas Correntes	97,2%	99,0%
Despesas de Capital/Receitas de Capital	102,7%	101,4%
Despesas de Pessoal/Despesas Correntes	38,7%	37,8%
Despesas Correntes/Despesas Totais	50,3%	58,1%
Investimentos/Despesas de Capital	84,2%	81,6%



Mapa de Pessoal 2013

O mapa de pessoal para o ano 2013, a exemplo do que aconteceu no ano anterior, está muito marcado, no que respeita à gestão dos recursos humanos, pelo momento de forte contenção imposta pelas normas plasmadas nas sucessivas Leis de orçamento do estado.

Com efeito, a Câmara Municipal de Abrantes, estava obrigada a uma redução de 2% no número de colaboradores, tendo alcançado esse objetivo, mercê de um alargamento das competências e atribuições dos colaboradores e dos serviços, por forma a fazer face à redução que vai ocorrendo, ao mesmo tempo que se reduziu substancialmente o número de procedimentos concursais.

Tendo em conta que se perspectiva que venha a ser imposta nova redução de 2% para o ano de 2013, o mapa de pessoal, terá que ter em conta essa realidade.

Deste modo procura-se com este documento restringir as necessidades de recrutamento ao mínimo indispensável para fazer face às necessidades e desafios que o Município irá enfrentar ao longo do ano.

O ano 2013 será também marcado pelas alterações organizacionais impostas pela Lei 49/2012 de 29 de Agosto, que veio determinar uma redução substancial no número de dirigentes atualmente em funções, obrigando a uma agregação de unidades orgânicas e consequentemente a uma concentração de competências das mesmas.

No que respeita à estrutura do mapa, procedeu-se a alterações de simplificação da sua organização, por forma a conseguir-se uma noção mais correta e clara dos recursos humanos existentes e os necessários ao normal desenvolvimento das atividades, nos termos do previsto na Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro na redação conferida pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

A Presidente da Câmara Municipal

(Maria do Céu Albuquerque)